

**DESMASCARANDO A FARSA DA CONCILIAÇÃO:
FIGUEIREDO E A ANISTIA DE 1979 NAS PÁGINAS DA IMPRENSA**

Juliane Cavalcante¹

Resumo: Em agosto de 1979, próximo ao momento de promulgação da Lei da Anistia, jornais da grande imprensa lembraram trechos do pronunciamento de João Batista Figueiredo, que havia sido proferido no momento de sua posse como último Presidente da ditadura civil-militar. A declaração mencionava o projeto de conciliação nacional através da abertura política. Utilizando-se de menções da fala proferida no dia em que assumiu a presidência, Figueiredo reafirmou, durante o seu pronunciamento em Batatais, município do interior paulista, o compromisso com o projeto de abertura. Figueiredo prometia “a mão estendida em conciliação”, afirmando fazer “deste país uma democracia”. Ao mesmo tempo, a sociedade civil e a oposição partidária se afirmavam cada vez mais críticos à ditadura, uma vez que as imposições de um programa de governo autoritário não coincidiam com as intenções na fala do general. No Rio, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* foram os responsáveis por trazer notícias sobre a fala do presidente. Pretende-se analisar as publicações desses jornais, observando a maneira com que ambos se apropriaram desse episódio.

Palavras-chave: Anistia; Abertura política; Imprensa.

**UNMASKING THE CONCILIATION SHAM:
FIGUEIREDO AND THE 1979 AMNESTY IN THE PRESS PAGES**

Abstract: In August 1979, next to the promulgation of Amnesty's Law, the great press journals recalled passages of João Figueiredo's pronouncement, at the moment of his inauguration as last dictatorship President. His speech has mentioned the national conciliation project through political openness. Using mentions of his pronouncement given on the day he assumed the presidency, Figueiredo reinforced, during his speech in Batatais, a municipality in the interior of São Paulo, his commitment to the opening project. Figueiredo has promised his “outstretched hand to conciliation” affirming to make “of this country a democracy”. At the same time, civil society and partisan opposition had asserted themselves even more critical of dictatorship, given that the impositions

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo e bolsista de Iniciação Científica da Fapesp, processo 2020/15704-7. Desenvolvendo o projeto de pesquisa “História e imprensa no processo de redemocratização do Brasil: conflitos e disputas na cobertura jornalística sobre a Anistia de 1979”. E-mail: juliane.cavalcante@unifesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8976971150159439>

of an authoritarian government program did not match with the intentions in Figueiredo's speech. In Rio, *O Globo* and *Tribuna da Imprensa* were responsible for bringing news about the president's pronouncement. It is intended to analyze the publications of these newspapers, observing the way in which both have been appropriated about this episode.

Keywords: Amnesty; Political openness; Press.

Prólogo

Em 5 de agosto de 2021, a Revista Fórum publicou uma reportagem cujo conteúdo denuncia a progressão de cargo do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015). A mudança de patente havia sido realizada visando o aumento da pensão de seus familiares. Ustra, de coronel reformado, acabou realocado para figurar no posto de marechal, o mais prestigioso dentro do exército brasileiro, situado três níveis acima de sua patente, o que estaria previsto apenas em casos de guerra. A reportagem partiu do levantamento de Henrique Rodrigues, jornalista da Fórum, através de consulta aos dados públicos disponibilizados no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União.²

A atribuição, que formalmente possui intuito de condecorar militares, também evidencia a tentativa de reafirmação de Brilhante Ustra como figura relevante dentre seus pares. Em 31 de agosto 2016, Ustra foi exaltado pelo então deputado Jair Messias Bolsonaro, em declaração proferida no momento de votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff³. Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-

² RODRIGUES, Henrique. CORONEL Ustra, torturador da Ditadura, é um dos “marechais” do Exército. *Revista Fórum*, 05 ago 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/ustra-torturador-ditadura-marechais/>. Acesso em 09 ago 2021.

³ “[...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]”.

1985), Brilhante Ustra realizava sessões de tortura na sede do DOI-Codi em São Paulo.⁴

Tais fatos recentes ilustram as disputas e embates complexos que envolvem a memória da ditadura civil-militar no Brasil. A elevação de cargo do Ustra, torturador confesso e condenado pelo Estado brasileiro, assim como as demais homenagens evidenciadas, foram viabilizadas pelos contínuos processos de apagamento dos crimes cometidos pelos militares no período que se estendeu entre 1964 e 1985.

A Lei da Anistia, ao ser aprovada em 1979, absolveu uma parcela dos presos políticos e militantes de esquerda, ao passo que também perdoou de maneira irrestrita os crimes de tortura, morte e desaparecimento cometidos pelos agentes da ditadura civil-militar, como Brilhante Ustra.⁵ A consolidação da anistia no Brasil configurou um acordo social fundamentado em silêncios significativos na memória do país por conceder perdão aos torturadores.⁶

As notícias do *Fórum* foram alvo de críticas quase espontâneas. Três dias após a divulgação, a Revista Sociedade Militar tratou de publicar alguns trechos da nota do Exército, buscando retratar o ocorrido.⁷ Em resposta ao acontecimento, o Exército replicou que Ustra

BOLSONARO, Jair Messias. Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/#>. Acesso em 08 ago 2021.

⁴ JOFFILY, M. *Destacamento de operações e informações DOI-Codi*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>. Acesso em 08 ago 2021.

⁵ RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre memória e esquecimento. *História Unisinos*, v. 13, no 2, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, maio-ago. 2009.

⁶ FICO, Carlos. A negociação Parlamentar da anistia e o chamado "perdão aos torturadores". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 4, Brasília, jul./dez. 2010.

⁷ SOCIEDADE Militar. Entenda a questão USTRA e as "promoções" a MARECHAL – Exército divulga nota. *Revista Sociedade Militar*. 05 ago 2021. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2021/08/entenda-a-questao-ustra-e-as->

não foi promovido ao cargo de marechal – embora tal desígnio esteja constatado no Portal de Transparência. Segundo afirmaram, seus pensionistas estariam recebendo o salário equivalente a este posto por conta de problemas de saúde alegados no período em que Ustra se encontrava como militar de reserva.

Tais embates estão presentes de maneiras diferentes na imprensa, tanto na atualidade, quanto em 1979, envolvendo o tema da promulgação da Lei da Anistia. Esta nota de pesquisa se propõe a analisar parte do papel da imprensa no processo de transição para a democracia e o fim da ditadura civil-militar, visando demonstrar ainda as disputas em torno dos variados projetos de anistia. Para compreender parte desses entraves, foram escolhidos dois periódicos com posicionamentos variados, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, tratando sobre um acontecimento específico, a visita do então Presidente João Figueiredo à prefeitura de Batatais e sua contundente fala na ocasião. Uma das maneiras de demonstrar e exemplificar tais complexidades – talvez não em sua completude, mas indícios dessas disputas, é compreender o posicionamento dos dois periódicos cariocas no processo de reabertura política no país.

A visita de Figueiredo e seu posicionamento

No dia 23 de agosto de 1979, o general e presidente da República João Batista Figueiredo (1918-1999) realizou uma visita à prefeitura de Batatais, município localizado no interior do estado de São Paulo. Durante a viagem, Figueiredo juntou-se ao prefeito da cidade e demais

[promocoes-a-marechal-nota-do-exercito-explica-marechais.html](#). Acesso em 10 ago 2021.

convidados no salão nobre da prefeitura, local em que proferiu um longo discurso abordando, dentre outros aspectos, as medidas que seu governo tomaria para “resgatar a democracia no país”. Nesse momento, completavam-se cerca de quinze anos do golpe que havia instaurado a ditadura civil-militar no Brasil, em 1º de abril de 1964. Em sua fala, o general anunciou que manteria sua “mão estendida em conciliação”. Figueiredo remetia-se à mensagem do dia em que assumiu a Presidência da República, momento no qual afirmou que seguiria adiante com a política de liberalização e abertura democrática iniciada em 1974 no governo anterior, do general Ernesto Geisel.

O jornal *O Globo* foi um dos periódicos responsáveis por registrar a fala completa de Figueiredo. Vale destacar alguns excertos, dentre eles, o início da declaração, em que afirmou: “[...] confesso aos senhores que eu e os meus companheiros quando tomamos parte da Revolução de 31 de março de 1964 tínhamos rumos bem definidos e democráticos”. E prosseguiu, “jamais poderíamos pensar que a violência levasse a atitude que nós nunca defendemos, que nós nunca quisemos [...]”⁸. Podemos constatar, nesse primeiro momento, algumas das contradições presentes na fala de Figueiredo. Segundo Maria Celina D’Araujo e Mariana Joffily, nos dias seguintes ao golpe civil-militar que deu origem à ditadura civil-militar no país, ocorreram uma série de prisões arbitrárias de lideranças de movimentos sociais e sindicais, abrangendo, por exemplo, membros da Liga dos Camponeses e da Ação Popular (AP). Em 1º de abril de 1964, a sede da União Nacional dos Estudantes, que ficava

⁸ AUTOR DESCONHECIDO. Figueiredo reafirma desejo de conciliação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979, p. 06.

localizada na cidade do Rio de Janeiro, acabou sendo invadida e incendiada por militares⁹.

O processo comentado por Figueiredo como “revolucionário” e “com rumos bem definidos e democráticos”, foi responsável, de maneira quase imediata, pela destituição de cargos públicos, cassação de mandatos de deputados, assim como pela prisão e morte de estudantes e pela invasão de universidades consideradas subversivas. O que foi tratado como “movimento de 1964” ou “revolução de 1964”, na realidade, era a realização de um golpe militar que contou com o apoio e participação dos setores civis e empresariais do país e foi responsável pela deposição do presidente eleito João Goulart (1919-1976). Daniel Aarão Reis observou ainda que as diversas Marchas da Família com Deus pela Liberdade nas mais variadas cidades do país, e os significativos índices de popularidade dos governos ditatoriais, que em grande parte se notabilizaram pela repressão, indicariam a participação civil desde o momento do golpe militar em 1964, bem como durante os anos seguintes.¹⁰ Em outro momento do discurso de Figueiredo, é dito:

O que nós queríamos em 31 de março de 1964 é que o governo respeitasse a lei, respeitasse aquela Constituição. Infelizmente Deus não nos ajudou para que os rumos da nossa Revolução fossem sempre os mesmos [...].

E eu [...] disse a primeira vez em Uruguaiana [município do Rio Grande do Sul] que ia fazer deste país uma democracia. E eu disse várias vezes antes de tomar posse e quero neste momento reafirmar que a minha determinação é a mesma de quando assumi a Presidência da República. E que hei de fazer deste país aquela democracia que meu pai me ensinou e não

⁹ D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização, Quarta República (1964-1985)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019, p. 14-59.

¹⁰ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, vol. 23, n. 45, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2010, p. 171-186.

aquela democracia que outros querem me ensinar. E se eu *estendo minhas mãos em conciliação* [grifo nosso] aqueles que não tem confiança nas minhas afirmações ou nas minhas intenções é porque eu quero fazer a confraternização dos brasileiros. *Quero perdoar inclusive aqueles que momentaneamente se esqueceram dos deveres para com a pátria* [grifo nosso]

Quero perdoar, inclusive, a mim mesmo por ter cometido injustiças mentais a respeito de alguns brasileiros. Mas não quero dizer que não vou lutar pela democracia que eu acredito. A reconciliação que eu desejo é uma reconciliação para a construção deste país e não para a sua destruição. [...] ¹¹

No excerto acima destacado, Figueiredo apontou que as pretensões iniciais de respeito à lei e à Constituição não foram seguidas pelo governo. Compreende-se que parte disso se deu por conta da justificativa utilizada pelos militares de um suposto temor à “ameaça comunista”, como também das preocupações em relação às questões econômicas e políticas do governo de João Goulart, entre outros fatores.¹² Dessa forma, observa-se que o infringir das normas institucionais consistiu na maneira encontrada durante a ditadura para a preservação do poder. Esse posicionamento de Figueiredo constituiu em apenas um dos diversos lados da campanha pela anistia. Em seguida, serão detalhados alguns dos projetos, lutas políticas e reivindicações que contemplavam os processos.

A luta pela anistia em perspectiva histórica

¹¹ AUTOR DESCONHECIDO. Figueiredo reafirma desejo de conciliação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979, p. 06.

¹² Cf: D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. “Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização, Quarta República (1964-1985)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019, p. 14-59.

O final da década de 1970 foi marcado por uma série de políticas de liberalização gradual, iniciadas durante o governo do general Geisel (1974-1978). Ainda que tuteladas e limitadas pela elite política e econômica, garantiriam a diminuição do controle estatal sobre os órgãos de comunicação e redações de jornais. Esse foi também o contexto de início das campanhas pela anistia, etapa essencial no processo de redemocratização brasileira.

Cabe ressaltar que as articulações na campanha pela anistia eram plurais e despontaram em diversas dimensões de luta e disputas em torno do projeto. A lei da anistia foi fruto de ampla mobilização da sociedade civil, além de forças políticas da oposição. Diferentes segmentos da sociedade se envolveram nos debates sobre o tema, adotando estratégias variadas de pressão, como manifestações populares e greves de fome.

As mobilizações acerca da anistia surgiram no cenário político brasileiro em meados de 1975 e 1976. Reivindicando a anistia política, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) teve início em 13 de abril de 1975, na cidade de São Paulo, e os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), organizados em diversas localidades ao longo de 1978, são exemplos de organizações relevantes nos debates acerca da anistia, visto que pressionavam o governo para a incorporação de presos políticos e militantes civis à lei.¹³ O MFPA foi pioneiro tanto na luta pela anistia quanto por ser o primeiro legalmente constituído para contestar a ditadura civil-militar.¹⁴ Ao mesmo tempo, cabe enfatizar que parte desses movimentos defendiam a reciprocidade da anistia, incorporando tanto os militares

¹³ GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 559 p. Tese (Doutorado). Departamento de História da FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

¹⁴ DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, Edição nº 3, ano 3, 2009.

quanto os condenados de terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal em suas reivindicações. Isso demonstra a pluralidade e múltiplas bandeiras do período. Segundo Fico, o Movimento Feminino pela Anistia gaúcho, por exemplo, possuía uma dirigente que defendia a anistia “de parte a parte”, ao mesmo tempo que a presidente do CBA considerava complexa a concessão de perdão aos torturadores, uma vez que os crimes, ao não serem punidos, também não seriam passíveis de anistia. Embora existisse um amplo consenso dentro dos setores militares quanto à extensão da Lei da Anistia, vale ressaltar que não deixaram de existir vozes dissonantes quanto ao mesmo processo, conforme podemos notar: “curiosamente, alguns militares eram contrários à referência aos crimes conexos porque isso implicava admitir que tivesse havido tortura – acusação que a ditadura negou enquanto pôde”.¹⁵

No momento em que Figueiredo realizou seu pronunciamento, um dos projetos da Lei da Anistia havia sido aprovado no Congresso Nacional, no dia 22 de agosto de 1979, e estava em fase de tramitação para ser sancionada pelo presidente. A iniciativa de encaminhar uma proposta de anistia ao Congresso integrava parte dos planos de abertura política e redemocratização conduzidos por Figueiredo. Vale mencionar que em grande parte do período ditatorial no país vigorava o bipartidarismo. Em 1966, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), e regulamentação do Ato Complementar nº 4, foram criados a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em princípio, a Arena, partido do governo, representava as forças e interesses dos militares no poder, enquanto o MDB era o partido de oposição moderada.

¹⁵ FICO, Carlos. A negociação Parlamentar da anistia e o chamado “perdão aos torturadores”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 4, Brasília, jul./dez. 2010. p. 320.

Contudo, o período da anistia de 1979 demonstrou que o sistema bipartidário estava se tornando insustentável, uma vez que vozes dissonantes começavam a surgir e contestar o próprio partido do qual faziam parte, indicando posicionamentos contrários aos interesses defendidos pelos pares. É o caso, por exemplo, de um dos projetos de anistia que estava em votação no Congresso Nacional em 22 de agosto. A proposta do deputado Djalma Marinho (Arena-RS) defendia a ampliação da anistia. Apesar de ser contrária aos interesses de Figueiredo, a proposta de Marinho também contou com o apoio de outros deputados da Arena – para além da maioria do MDB.

Seu projeto visava a ampliação do perdão aos presos políticos que, por sua vez, não estavam sendo contemplados pela proposta do deputado Ernâni Sátiro (Arena-PB), a qual representava parte dos interesses de Figueiredo e parte da Arena. Vale mencionar que estariam fora da emenda de Sátiro os condenados por terrorismo, assalto sequestro ou atentado pessoal. Como observado, ambos os deputados compunham o mesmo partido, a Arena, mas o que estava em confronto era algo decisivo: a aprovação da anistia parcial, de Sátiro, ou a anistia ampla, geral e irrestrita, defendida por Marinho. Tal questão diz respeito à inclusão dos acusados de “terrorismo” no projeto de anistia. Esse foi o ponto de maior discussão e debate no dia 22 de agosto, e mesmo antes dele, pelos movimentos sociais. A votação havia sido entre esses dois projetos de lei. Foi uma disputa bastante acirrada no Congresso Nacional e, com apenas 206 contra 201 votos, o projeto de anistia parcial, defendido por Sátiro, foi aprovado. A essa altura, tanto a emenda de Marinho quanto de Sátiro já possuíam limites definidos: ambas promoviam o perdão aos torturadores e garantiam a impunidade desses mesmos agentes da ditadura. O que distingue as duas propostas era a amplitude

no que diz respeito aos presos políticos acusados de “terrorismo” – no caso de Marinho.

Como visto, a definição dos alcances da lei foi objeto de intensas disputas no interior do Congresso Nacional; discussões essas que também foram retratadas nas páginas da imprensa, que exerceu seu agenciamento histórico ao realizar a cobertura jornalística do processo de tramitação legislativa. Desse modo, o projeto que havia passado no Congresso Nacional e estava sendo encaminhado para sanção, nesse primeiro momento, coincidia com a postura do presidente Figueiredo, em defesa da implementação de uma anistia parcial e restrita, que excluía os acusados de terrorismo ao mesmo tempo que incluía os agentes e suas práticas arbitrárias de violência. A posição defendida pelo governo, assim como por alguns movimentos sociais da época, consistia na “anistia recíproca”.

O discurso pronunciado em Batatais era bastante significativo, ao passo que, após a aprovação de um projeto restrito, o presidente sentia a necessidade de reiterar seu apelo por uma conciliação nacional. Seu discurso compôs, assim, parte dos embates que envolviam os diferentes projetos de anistia. Na fala de Figueiredo, as palavras escolhidas em diversos trechos aludem à determinação, desde o início de seu mandato, com o plano de transição política “lenta, gradual e segura”, no qual o projeto de anistia também se inseriu.

Os jornais *Tribuna* e *O Globo* em 1979

Os jornais também representaram um desses âmbitos de luta, dentre os vários já mencionados. Comentar sobre os posicionamentos dos jornais nesse período é uma tarefa desafiadora. Isso porque, a princípio, a segunda metade da década de 1970 já contava com um

conjunto amplo e variado de órgãos de comunicação, sendo que O Globo já estava consolidado como grande imprensa e, nas décadas anteriores, havia sido favorecido por uma forte modernização pela atuação colaboracionista com a ditadura civil-militar. Os periódicos O Globo e *Tribuna*, por sua vez, não apresentavam posicionamentos ou caráter homogêneo dentro de suas próprias redações, muito menos no que diz respeito às práticas de censura.¹⁶

Com o fim da censura prévia e a derrocada do AI-5, em 1978, os jornais começaram a contrapor-se de maneira mais incisiva ao governo ditatorial. Contudo, esse movimento não foi linear, constituindo-se por uma dinâmica pendular entre crítica e apoio, manifestações pontuais e silêncios, medidas rígidas e permissivas. A ditadura civil-militar e, especialmente, o ano de 1979 – recorte que nos interessa – contou com jornais de orientação mercadológica¹⁷ com nuances que variaram ao longo dos anos e circunstancialmente. A imprensa, podendo ser caracterizada por empresa, possuía predileções múltiplas: a busca por novos públicos leitores; as dinâmicas para manter-se na estrutura mercadológica e questões que envolviam ainda suas inclinações políticas, ideológicas e interesses de lucro. Analisar o papel da imprensa na transição da ditadura como estrutura empresarial significa reconhecer que as esferas políticas, sociais e econômicas importavam para esses impressos.¹⁸

¹⁶ Cf: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 428p. Tese (doutorado). Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001

¹⁷ Cf: YSHIDA, Kelly. “A formação da Folha de S. Paulo como empresa jornalística”. In: *O falso e o cômico e o circo urbano: Lourenço Diaféria e o processo desencadeado pela crônica jornalística Herói. Morto. Nós. (1977-1980)*. Dissertação (mestrado). 284 pp. UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, Santa Catarina, 2015. p. 81.

¹⁸ A análise da imprensa como fonte e documento está tendo como aporte teórico o texto de Maria Helena Capelato. Cf: CAPELATO, M. Helena Rolim. “Imprensa e História

O Jornal *O Globo* serviu como um dos principais motes às aspirações neoliberais e mercadológicas da imprensa carioca. Criado por Irineu Marinho em 1925, o jornal tinha por intenção “renovar os padrões dominantes da imprensa carioca”. No ano de 1979 o projeto de distensão lenta, gradual e segura, foi tratado nas páginas d'*O Globo* como um processo contínuo e necessário à transição para a democracia. Por vezes, o impresso não mediu palavras para elogiar o encaminhamento dado à abertura, procurando encontrar nas atitudes do militar João Figueiredo medidas conciliatórias e o compromisso com os princípios de liberalização da ditadura. Foi o jornal que trouxe a íntegra do discurso de Figueiredo em Batatais. Em sua edição do dia 24 de agosto de 1979, o periódico estampava a manchete: “Figueiredo insiste na reconciliação nacional”.¹⁹ A chamada relatava como, em tons emocionados, o presidente havia feito um discurso que defendia seu desejo de construção de um novo país.

A iniciativa em publicar a íntegra do discurso não pode ser desconsiderada. Por diversas vezes, *O Globo* adotou uma postura complacente à de Figueiredo. Já havia, no dia 17 de agosto de 1979, feito uma publicação tratando das centenas de correspondências que o general recebia diariamente. Segundo a notícia, o aumento de sua popularidade era motivado pelo envio de seu projeto de lei restrita ao Congresso: “A anistia motivou o maior número de cartas ao Presidente [...]”²⁰. Dessa forma, a notícia expressava o posicionamento do jornal, que apoiava integralmente o projeto do governo, sendo adepto ao discurso

do Brasil”. In: PINSKY, Jaime; et. al. (Orgs.). *Coleção Repensando a História*. 1ª edição. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. pp 13.

¹⁹ FIGUEIREDO insiste na reconciliação nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979, p.01

²⁰ PRESIDENTE João Figueiredo: Nas 400 cartas, uma medida de popularidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1979, p. 31.

de conciliação, como também acatava e compactuava com a reabertura lenta, gradual e segura. O general Figueiredo contou, dentre outras áreas, com o apoio massivo da grande imprensa. Por vezes, a imprensa exerceu um papel hegemônico naquele processo e, sobretudo, nos grandes espaços urbanos contemplados pelo eixo Rio-São Paulo.

O *Globo* foi responsável por reafirmar seus valores conservadores perante o período de reabertura. Em “Parâmetros da conciliação”, artigo sem autor identificado, destacava-se a fala do presidente: “O que eu desejo é uma reconciliação para a reconstrução deste país e não para a sua destruição”²¹. A notícia dava continuidade à exaltação do discurso proferido pelo presidente, reiterando que, possivelmente, essa “destruição” viria de seus adversários políticos e das diversas pressões e manifestações que estavam acontecendo diariamente, nas redações de alguns jornais, nas ruas, dentro e fora do país e no Congresso. Ele expressava, assim, um dos lados da disputa entre os diferentes projetos preconizados à época: o projeto que ganhava cada vez mais força por ser apoiado pelos altos comandos militares, pela elite econômica e, principalmente, por ser defendido pelo governo de Figueiredo.

Em contraponto, havia o periódico *Tribuna da Imprensa*. A *Tribuna* merece comentários à parte. A sua trajetória destoava por seu perfil crítico e combativo desde sua formação, tendo fundação em outro jornal, o *Correio da Manhã*, em 1946, com Carlos Lacerda (1914-1977).²² Em 1962, Hélio Fernandes (1920-2021) assumiu a direção da *Tribuna*, local

²¹ PARÂMETROS de conciliação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1979, p. 03.

²² LOPES, Cristiano Aguiar. “A loucura de Brasília: o antimundancismo nas páginas do jornal *Tribuna da Imprensa* (1956-1960)”. VII Encontro Nacional de História da Mídia da ALCAR, Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20loucura%20de%20Brasilia.pdf>. Acesso em 22 jul 2021. pp. 04-05.

em que permaneceu até o fim da circulação impressa do jornal, em 2008. O jornalista era ainda encarregado de escrever os editoriais, normalmente publicados na primeira página do periódico, com sua assinatura. Embora em 1964 tenha apoiado o golpe civil-militar por ser contra o governo de João Goulart, já a partir da promulgação do AI-1, apenas oito dias após o golpe, em 9 de abril de 1964, Hélio Fernandes mudou de postura e passou a criticar a ditadura civil-militar. Assim, começou a utilizar seus editoriais no jornal para fazer oposição ao governo. Por conta disso, diversas vezes o jornalista foi preso na redação da Tribuna da Imprensa.²³ A oposição da Tribuna foi se ampliando cada vez mais e, dessa maneira, em 1979, Hélio colocava-se contra o projeto de abertura governamental comandado por Figueiredo, sendo também crítico da anistia restrita, a qual chamava de 'anistia capenga'. O jornalista era crítico do discurso de Figueiredo porque se contrapunha a uma anistia que não era conciliadora o suficiente, defendendo a amplitude da lei aos presos políticos que ainda não haviam sido contemplados.

Seu posicionamento era bastante presente nas páginas do periódico. Nesse sentido, a *Tribuna da Imprensa* era considerado um jornal de oposição ao governo de Figueiredo. Em 23 de agosto de 1979, o jornalista publicou em editorial ““Anistia” sem união nacional”. Sua posição era clara: a favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Por isso, ao mencionar a palavra no título a manteve entre aspas, recurso comumente utilizado para ironizar e, que nesse caso, indicava uma anistia que, ao seu ver, não tinha o mínimo de potencial transformador

²³ Cf: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Hélio Fernandes*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-helio>. Acesso em 16 jun. 2021.

justamente por não aplacar as amplitudes da lei. Em seu texto, Fernandes faz duras críticas ao presidente e ao seu discurso em defesa da conciliação e da democracia. Ao iniciar, comentou sobre a aprovação parcial da lei pelo Congresso, que havia acontecido no dia anterior:

O general João Figueiredo perdeu ontem uma extraordinária possibilidade de concretizar a tão famosa e badalada união nacional. Não adianta falar mais em mão estendida porque ninguém vai entender, vai admitir. *Que mão estendida é essa que não tem nada dentro, que na hora da decisão parece mais preparada para a agressão do que para o carinho, está mais para a violência do que para a compreensão, é mais uma prova de hostilidade do que conciliação?* [grifo nosso]²⁴

A escrita de Hélio Fernandes, em tons irônicos, criticava duramente o projeto de anistia aprovado. Mais uma vez, as disputas entre os diferentes projetos são evidenciadas e, nesse caso, o jornalista defendia um posicionamento que buscava a amplitude da lei. Ao prosseguir, Fernandes ainda questionou “quer dizer então que aquele ‘hei de transformar este País numa Democracia’, não era uma manifestação autêntica, não era uma decisão, uma vontade, um desejo irreprimível e avassalador?”. O jornalista, nesse trecho, analisa a atuação de Figueiredo, apontando-a como contraditória. Em seu raciocínio, era incongruente o general defender a democracia ao passo que sustentava a aprovação de uma anistia que não abrangia o perdão a muitos dos condenados e presos políticos. Ao fim, conclui apontando em sua coluna que “não há nenhuma dúvida dentro de mim, que também não pode haver conciliação nacional, pacificação, cessação final das hostilidades, sem uma anistia ampla, geral e irrestrita”. Ou seja, não

²⁴ FERNANDES, Hélio. Anistia sem união nacional. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1979, p. 01.

existiria concordância, entendimento ou união enquanto a mão de Figueiredo não fosse estendida a todos em pé de igualdade.

Considerações finais

Ao ser perpetuado, o projeto conciliatório do general Figueiredo consolidou um quadro de esquecimento dos atos de violência e de autoritarismo cometidos durante o contexto ditatorial. A reciprocidade da lei e o espírito de conciliação em busca da pacificação nacional resultaram no ocultamento das atrocidades cometidas pelos militares durante o período da ditadura civil-militar. A pacificação nacional ocorreu pela via do esquecimento e do perdão aos militares, legitimando a impossibilidade de punição aos agentes repressivos que torturaram, cassaram, silenciaram e assassinaram. O papel da imprensa na época da anistia representou, dentre outras questões, uma dentre as diversas disputas de projetos, caracterizada também pela análise da fala de Figueiredo e suas posturas no processo de reabertura política. O projeto que se pretendeu recíproco defendia o apagamento da memória violenta e repressiva, a qual os militares não queriam que permanecesse no imaginário social associada ao período da ditadura civil-militar. O esquecimento tornou-se uma ferramenta de ação política.²⁵

A longevidade e o caráter conservador da transição política, mais uma transição sem ruptura - articulada pela hierarquia das Forças Armadas, o próprio núcleo de poder da ditadura - são os principais fatores para a consolidação da

²⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 243-282.

A imprensa funcionou como um veículo de propagação de opiniões, de críticas e interesses e a partir disso, evidencia as tensões políticas. O enaltecimento das ações e das figuras de torturadores do período ditatorial respalda também no fato de que a Lei de Anistia possibilitou, ao inocentar os crimes cometidos pelos agentes da ditadura, tais atitudes. As disputas prosseguem presentes, como evidenciado brevemente na discussão entre as Revistas *Fórum* e *Sociedade Militar*, por conta de um processo conflituoso da configuração e consolidação da anistia. Os negacionismos, assim como a exaltação de torturadores são problemáticas que marcam as continuidades do imaginário social em torno de uma anistia que perdoou e buscou esquecer os crimes cometidos por tais militares, cabendo a necessidade de indagar, debater, contestar e questionar – tal como essa nota e diversas outras pesquisas que resgatam as disputas em torno da anistia se propõem.

REFERÊNCIAS

- AUTOR DESCONHECIDO. Figueiredo reafirma desejo de conciliação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979, p. 06.
- BOLSONARO, Jair Messias. Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/#>>. Acesso em: 08 ago 2021.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. "Imprensa e História do Brasil". In: PINSKY, Jaime; et. al. (Orgs.). *Coleção Repensando a História*. 1ª edição. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988
- D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização, Quarta República (1964-1985)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019, p. 14-59.

²⁶ GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 559 p. Tese (Doutorado). Departamento de História da FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2003. pp. 371.

- DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro. *Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, Edição nº 3, ano 3, 2009. 44 p.
- FERNANDES, Hélio. Anistia sem união nacional. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1979, p. 01.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização, Quarta República (1964-1985)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019, p. 23-24.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Hélio Fernandes*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-helio>. Acesso em 16 jun. 2021.
- FICO, Carlos. A negociação Parlamentar da anistia e o chamado "perdão aos torturadores". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 4, Brasília, jul./dez. 2010.
- FIGUEIREDO insiste na reconciliação nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1979, p.01
- GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 559 p. Tese (Doutorado). Departamento de História da FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- JOFFILY, M. *Destacamento de operações e informações DOI-Codi*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-de-operacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>. Acesso em 08 ago 2021.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 428p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001
- LEAL, Carlos Eduardo; et al. *O Globo*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Verbetes biográficos disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o> 2009. Acesso em 08 ago 2021.
- LOPES, Cristiano Aguiar. "A loucura de Brasília: o antimundancismo nas páginas do jornal Tribuna da Imprensa (1956-1960)". VII Encontro Nacional de História da Mídia da ALCAR, Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20loucura%20de%20Brasilia.pdf>. Acesso em 22 jul 2021. pp. 04-05.
- PARÂMETROS de conciliação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1979, p. 03.
- PRESIDENTE João Figueiredo: Nas 400 cartas, uma medida de popularidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1979, p. 31.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, vol. 23, n. 45, Rio de Janeiro, jan.-jun. 2010, p. 171-186.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre memória e esquecimento. *História Unisinos*, v. 13, no 2, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, maio-ago. 2009.

RODRIGUES, Henrique. CORONEL Ustra, torturador da Ditadura, é um dos “marechais” do Exército. *Revista Fórum*. 05 ago 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/ustra-torturador-ditadura-marechais/>. Acesso em 09 ago 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 243-282.

SOCIEDADE Militar. Entenda a questão USTRA e as “promoções” a MARECHAL – Exército divulga nota. *Revista Sociedade Militar*. 05 ago 2021. Disponível em: <https://www.sociedademilitar.com.br/2021/08/entenda-a-questao-ustra-e-as-promoco-es-a-marechal-nota-do-exercito-explica-marechais.html>. Acesso em 10 ago 2021.

YSHIDA, Kelly. “A formação da Folha de S. Paulo como empresa jornalística”. In: *O falso e o cômico e o circo urbano: Lourenço Diaféria e o processo desencadeado pela crônica jornalística Herói. Morto. Nós. (1977-1980)*. Dissertação (mestrado). 284 pp. UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, Santa Catarina, 2015. p. 81.

Artigo recebido em 02/07/2021 e aprovado em 04/08/2021.